

**Parecer nº 93/97**

Data: 1997.09.02

Processo nº 244

**Reclamante:** José Marcelino da Silva Santos

**Entidade Reclamada:** Junta de Freguesia de Arcozelo

1. José Marcelino da Silva Santos, identificado no processo, apresentou reclamação à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos pelo facto de a Junta de Freguesia de Arcozelo ter indeferido tacitamente o pedido que apresentou para a passagem de certidão das actas das reuniões daquele executivo realizadas entre 1 de Janeiro de 1996 e 30 de Maio de 1997. Decorrido o prazo previsto no artigo 15º, nº 3, da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA) sem que tivesse obtido a resposta devida, vem reclamar daquele indeferimento tácito.

A esta Comissão compete apreciar as reclamações que lhe sejam dirigidas pelos interessados no quadro do regime de acesso aos documentos administrativos.

2. O reclamante pretende consultar documentos detidos por uma entidade pública - neste caso a Junta de Freguesia de Arcozelo - matéria que é regulada em geral pela LADA (artigo 3º).

A Lei das Autarquias Locais impõe que seja lavrada acta onde se registre o que de essencial se tiver passado nas reuniões dos órgãos das autarquias locais.

Não parece que das referidas actas constem informações que possam colidir com a segurança interna ou externa, ou com o âmbito do segredo de justiça (artigos 5º e 6º).

Também não se trata certamente de documentos nominativos, com dados pessoais: «informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada» (artigo 4º, nº 1 b) e c), do mesmo diploma) .

O artigo 7º, nº1, dispõe que «todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo».

Por outro lado, a entidade requerida e ora reclamada deveria ter respondido ao pedido de passagem de certidão no prazo de 10 dias (artigo 15º da LADA).

3. Nestes termos - e sem embargo de outros meios legais porventura invocáveis - a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera dar parecer favorável à reclamação apresentada por José Marcelino da Silva Santos, devendo a Junta de Freguesia de Arcozelo emitir certidão das actas das reuniões da Junta realizadas entre 1 de Janeiro de 1996 e 30 de Maio de 1997.

Em cumprimento do previsto no artigo 16º, nº2, da LADA, remeta-se esta deliberação quer ao reclamante quer à entidade reclamada (Junta de Freguesia de Arcozelo, Vila Nova de Gaia), para os efeitos legais.

Lisboa, 2 de Setembro de 1997.

*José Renato Gonçalves* (Relator) – *Fernando Condesso* – *José Magalhães* – *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)